



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

CLIPPING

CLIPPING ELETRÔNICO

Recortes de notícias sobre educação

SALÁRIO DE PROFESSOR Pressão pelo piso leva a greve e manifestação

Profissionais de todo o Estado se reuniram, ontem, em Florianópolis, e decidiram suspender as aulas a partir do dia 18, em protesto contra o Estado, que, segundo eles, não estaria cumprindo a lei

Senhores Diretores, Gerentes e Assessores,

Comuniquem à Assessoria de Comunicação, com a devida antecedência, projetos, eventos e ações que mereçam divulgação pública.

Leiam as notícias da Secretaria de Estado da Educação, acessando ao site www.sed.sc.gov.br e clicando em IMPRENSA

Acompanhem também o site do governo: www.sc.gov.br

Data: 12/5/11



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Reportagem Especial	Data: 12/5/11
Assunto: Salário do Professor – Pressão pelo piso leva a greve e manifestação		Página: 6 e 7

SALÁRIO DE PROFESSOR

Pressão pelo piso leva a greve e manifestação

Profissionais de todo o Estado se reuniram, ontem, em Florianópolis, e decidiram suspender as aulas a partir do dia 18, em protesto contra o Estado, que segundo eles, não estaria cumprindo a lei

JÚLIA ANTUNES LORENÇO

Os braços levantados a favor da greve a partir de 18 de maio em toda rede estadual de ensino não deixaram dúvidas de que foi uma decisão praticamente unânime dos professores. Para o Sindicato dos Trabalhadores em Educação de SC (Sinte), a proposta do governo do Estado, apresentada a eles ontem, não cumpre a lei do piso nacional do magistério. Essa posição levou para a assembleia estadual, em Florianópolis, cerca de 8 mil docentes, na estimativa do Sinte, ou 4,5 mil, na contagem da PM. Para os trabalhadores, a mobilização de ontem foi histórica.

4,5

mil pessoas foi cálculo de público na manifestação de ontem, segundo a Polícia Militar.

8

mil pessoas foi a estimativa feita pelo sindicato dos professores de SC

1.597

reais é o piso exigido pelos professores

A implementação imediata do piso nacional do magistério foi uma exigência feita pelos professores, em abril. Eles aguardavam, até ontem, a apresentação de uma proposta por parte do governo.

A Secretaria de Estado da Educação (SED) decidiu, na noite de terça-feira, que pagaria os R\$ 1.187 – valor do piso – para os 8,8 mil professores que ainda não recebiam essa quantia. Mas para chegar ao valor, o governo insiste em considerar salário base mais os abonos – modelo que sempre foi rejeitado pela categoria.

1.187

reais é o piso estipulado pelo MEC

Para a coordenadora geral do Sinte, Alvetete Bedin, a proposta apresentada foi um desrespeito e a grande razão da mobilização vista ontem e da decisão de parar as atividades.

Depois da assembleia, que lotou a principal sala do Centrosul, com capacidade para 2,6 mil pessoas sentadas, e deixou muito professor pelos corredores, os trabalhadores seguiram numa passeata pelo Centro de Florianópolis.

Na opinião de Alvetete, há mais de 20 anos os trabalhadores não se mobilizavam dessa forma e nunca uma assembleia teve uma votação unânime.

– Essa proposta deixou todo mundo indignado. Não pagando o piso, o governo do Estado está nos desrespeitando e desrespeitando a lei – ressaltou a coordenadora.

Há três anos, os professores aguardam o pagamento do piso nacional, definido por lei, aprovada em 2008. Naquele mesmo ano, SC assinou com mais quatro estados uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin), que contestava a validade da legislação.

A Adin foi derrubada no mês passado em votação pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

No entendimento dos professores, com a derrubada da ação, o governo de SC deveria pagar imediatamente o piso nacional. Eles também defendem que a legislação deixa claro que piso é o salário, sem incorporar qualquer tipo de abono. Já, para o governo, é preciso aguardar a publicação do acórdão – um texto que transcreve todos os votos dos ministros do STF e a decisão final.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Reportagem Especial	Data: 12/5/11
Assunto: Salário do Professor – Pressão pelo piso leva a greve e manifestação		Página: 6 e 7

Secretário considera protesto precipitado

O secretário de Educação, Marco Tebaldi, que enfrenta a primeira greve da sua gestão, considerou a decisão precipitada. Sem o texto com a decisão dos ministros, o secretário argumentou que não há um consenso de que piso é salário sem incorporação de abonos. Apesar disso, garantiu que o governador Raimundo Colombo mostrou-se favorável em cumprir o que a lei mandar.

– Os professores deveriam encarar isso como um sinal positivo. Até a publicação do acórdão, não temos mais o que apresentar para eles. O governo fez o que pôde. Mas estou aberto ao diálogo – afirma o secretário.

Com isso, a partir do dia 18 de maio, os professores param as atividades por tempo indeterminado. Até quarta-feira, eles vão dar aulas com 15 minutos a menos. Cerca de 700 mil alunos dos 1.350 colégios da rede estadual podem ser atingidos com a greve.

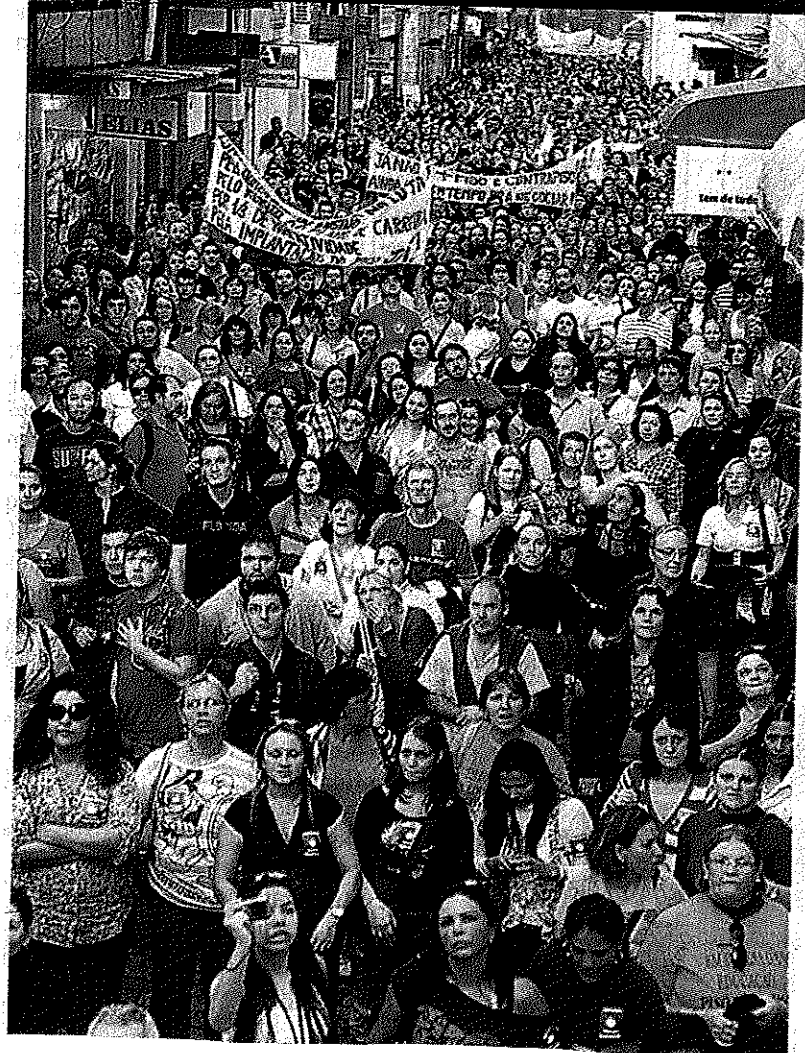
Com a paralisação ocorrida ontem, cerca de 189 mil alunos (18%) da rede estadual foram prejudicados e 8,4 mil dos 39,1 mil professores não deram aulas, de acordo com a SED. O Sinte afirmou que a adesão foi de 90%.

julia.antunes@diario.com.br

Na assembleia, paralisação é aprovada,



e nas ruas, protesto por ganho melhor





CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Reportagem Especial	Data: 12/5/11
Assunto: Salário do Professor – Pressão pelo piso leva a greve e manifestação		Página: 6 e 7

Os dois lados

OS PROFESSORES

- **Entendem que**, com a decisão do STF, o Estado deve pagar o piso nacional dos professores, sem necessidade de publicação do acórdão no *Diário Oficial de Justiça*, porque a lei não poderia mais ser mudada.
- **Para eles**, a lei é clara: piso é o salário e não a remuneração total do contracheque. Ou seja, ao salário não podem ser somados abonos para se chegar ao valor final, como SC tem feito.
- **A greve** foi deflagrada porque, na visão deles, há três anos esperam pela aplicação do piso nacional dos professores no Estado.
- **Querem o** piso de R\$ 1.597, não os R\$ 1.187, estipulados pelo MEC, porque reivindicam um reajuste não dado em 2009.



O GOVERNO

- **Entende que**, sem o acórdão, não é possível saber como a lei deve ser aplicada. Teme tomar uma decisão precipitada.
- **Sem a** decisão do STF publicada, o governo questiona o entendimento da lei. Para ele, não fica claro se salário é o vencimento inicial, ou pode ser o total da remuneração, com a adição de abonos ao salário base.
- **Por causa** disso, o Estado decidiu, por enquanto, pagar o valor do piso salarial de R\$ 1.187, aos professores que ainda não ganhavam isso na soma do salário base mais as gratificações (regência de classe e prêmio educar).
- **Assegura que** a intenção do governador Raimundo Colombo é cumprir o que diz a lei e pagar o piso.

O que é acórdão?

- É o texto com a íntegra de todos os votos dos ministros e o texto definitivo da sentença. Antes de ser publicado, o acórdão precisa ser revisado pelo relator, lido e assinado por cada um dos ministros. Não existe prazo para ele ser publicado.



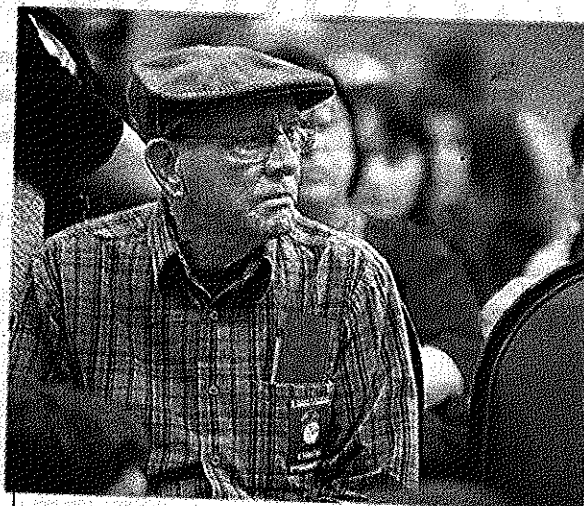
CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Reportagem Especial	Data: 12/5/11
Assunto: Salário do Professor – Pressão pelo piso leva a greve e manifestação		Página: 6 e 7



→ **Motivação vem dos estudantes**

São 35 anos de sala de aula. Não é a primeira greve de que Evanir Avancini, 53 anos, participa. Ele acredita que apenas com uma paralisação o governador vai pagar o piso nacional. O professor de Ibirama fala que é motivado pelos seus alunos de quinto ano do ensino fundamental. Para ele, todos os docentes que participaram da assembleia estavam ali muito mais pelo amor à profissão do que pelo salário.



→ **Aposentado, mas ainda na luta**

Ele deu aulas por 40 anos nas escolas de Lages. Sentado na primeira fileira do auditório, Severino Rossi, 80 anos, acompanhava quieto e atento cada discurso. O aposentado conta que sempre participa de toda mobilização da categoria e, por isso, não poderia deixar de vir a Florianópolis. Mesmo longe de uma sala de aula, Rossi afirma que não perdeu as esperanças de ver os professores mais valorizados.

Multidão tomou as ruas

Quando os ônibus de turismo foram chegando ao CentroSul, no Centro de Florianópolis, às 14h de ontem, e professores carregando faixas foram tomando o pátio do centro de eventos, já se percebia que aquela não seria apenas mais uma assembleia.

Não era preciso esperar a votação, às 16h30min, para saber qual seria a decisão. Cada vez que a palavra greve era dita ao microfone por alguém, o auditório vinha abaixo com aplausos, gritos e buzinações. Com os braços levantados, quase todos os professores decidiram parar. O auditório não abrigou todos os docentes. Com capacidade para 2,6 mil cadeiras, a maioria estava em pé, ou sentada no chão. Fora da sala, era preciso cuidado para não pisar nos que se manti-

nham nos corredores.

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação de SC (Sinte) definiu o dia de ontem como histórico. Nos cálculos dele, foram 150 ônibus de turismo, cerca de 6 mil pessoas vindas do interior e outras 2 mil da Grande Florianópolis.

Os sindicalistas falaram que desde 1987 uma assembleia não mobilizava tantos professores. Outros lembraram a manifestação de 2003, que também levou milhares de docentes para frente da Catedral Metropolitana da Capital. Já a última greve, feita em 2008, não teve tanta adesão.

Com o fim da assembleia, os professores foram às ruas. Os dez policiais militares até tentaram impedir a saída dos trabalhadores, causando

confusão e bate-boca. Os manifestantes conseguiram sair por outro portão e a fecharam a Avenida Gustavo Richard. Cantando palavras de ordem como *Professor na rua, Governo a culpa é sua*, eles tomaram as ruas do Centro, causando congestionamentos em vários pontos da cidade. Passaram em frente à Assembleia Legislativa, atravessaram a Avenida Hercílio Luz, seguiram pela Rua Tiradentes e João Piñto e pararam em frente à sede da Secretaria de Educação.

De lá, anunciaram que a partir do dia 18 era greve. Depois de passar pela Praça XV, a caminhada terminou em frente ao terminal central da cidade. Entre os manifestantes, o que se ouvia era um comentário geral: "Nunca vi nada igual".



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Reportagem Especial	Data: 12/5/11
Assunto: Salário do Professor – Pressão pelo piso leva a greve e manifestação		Página: 6 e 7

FOTOS DANIEL KONZI
STF entende que abono não é piso

GABRIELLE BITTELBRUN

O Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu, na votação de 6 de abril, foi determinado, por oito votos a um, o valor mínimo nacional de remuneração para os professores, independentemente de gratificações. A informação foi repassada por e-mail ao DC pela assessoria de imprensa do STF.

Segundo a decisão, o professor com bônus por tempo de serviço ou por bom desempenho, por exemplo, receberia bônus além do salário de R\$ 1.187. No julgamento, a maioria dos ministros deixou claro que o piso a ser determinado excluiria possíveis abonos.

O relator do caso, ministro Joaquim Barbosa, considerou piso o valor mínimo a ser recebido pelos professores de todo o país, sem as vantagens, apenas referente ao vencimento.

– Entendo piso como limite mínimo, independentemente de cada gratificação, para se impedir a exploração humana e se fortalecer os serviços de educação – expôs.

Para ele, sem um piso salarial, no âmbito nacional, os profissionais que não se empenham podem ter remuneração igual ou próxima àquela recebida pelo professor de excelência. Segundo o ministro, isso seria “um perceptível desestímulo às políticas de incentivo e responsabilidade necessária à educação de qualidade”. Ele destacou, ainda, que os profissionais assíduos e comprometidos devem ser recompensados com o salário base somado à gratificação.

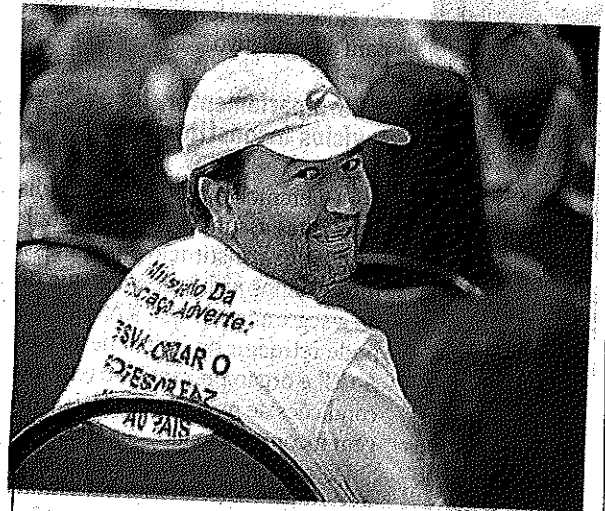
Objetivo é reduzir as desigualdades

O ministro do STF, Ricardo Lewandowski, reforçou o piso como instrumento para se reduzir as desigualdades sociais e regionais necessário para o aprimoramento da educação. O ministro destacou a importância de se reconhecer, por meio de bônus salariais, os professores com boa atuação:

– Equiparar o piso à remuneração, correspondendo ao vencimento acrescido de vantagens peculiares, esvaziaria o espírito da lei e tornaria inócuos os estímulos salariais conferidos pelos entes federais, afirmou.

Luiz Fux reiterou a necessidade de a União uniformizar a remuneração dos professores, garantindo a valorização da educação e do profissional. Para isso, seria necessário estipular um salário base, de maneira cristalina, “para não haver divergência nas diversas partes do país”.

Já Gilmar Mendes reconheceu que a preocupação básica da lei seria justamente que ninguém, independentemente de ter ou não gratificação, recebesse menos do que o valor estipulado.



➤ **Mensagem clara na camiseta**

A camiseta de Ademir Tavares, 39 anos, já diz o que pensa: “Ministério da Educação adverte, desvalorizar o professor faz mal ao país”. Há 13 anos, ele atua na rede estadual. O professor acredita que a greve é o único caminho para que o governo cumpra a lei. Tavares argumenta que todos os dias os professores ensinam para os alunos que é importante cumprir as leis e o governo não pode fazer diferente disso.



➤ **Em busca de aulas melhores**

Mesmo sabendo que serão prejudicados pela greve, os estudantes Aderson Correio, 17 anos e Enjhoni Deitor, 16 anos, vieram de Araquari para apoiar o movimento dos docentes. Eles acreditam que, com salário melhor, os professores ficarão mais motivados para as aulas. Os dois ainda reclamam das condições do colégio onde estudam: há goteiras sempre quando chove e há estudantes em salas improvisadas.



CLIPPING

Veículo: http://www.jornalonorte.com.br/	Editoria: Educação	Data: 12/5/11
Assunto: Professores protestam e mantêm greve		Página: online

Educação // Professores protestam e mantêm greve

André Resende // andresende.pb@dabr.com.br

A greve iniciada pelos professores da rede estadual de ensino, começada há 10 dias atrás, teve mais um capítulo na tarde de ontem. Após assembleia na sede do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Educação do Estado da Paraíba (Sintep-PB), os professores decidiram permanecer em greve. Para demonstrar a indignação com a falta de interesse do governo em negociar, a classe realizou um protesto em frente ao Palácio da Redenção. A intenção era conseguir uma audiência com o governador do estado para fazer valer a reivindicação de equiparação do salário dos professores do estado com o piso nacional.

Os líderes do grupo grevista conseguiram entrar no Palácio e conversar com o secretário do governo, Walter Aguiar. Ficou garantido pelo secretário que uma audiência com o governador do estado será marcada para a próxima semana.

O diretor de comunicação do Sintep-PB, Edvaldo Faustino da Costa, informou que os professores não vão ceder as intimidações do estado e que a greve continua por tempo indeterminado. "Esse ato público demonstra que a greve continua e que não iremos recuar diante de intimidações do governo, como o corte no ponto dos professores que aderiram a greve. Estamos firmes e fortes", afirmou Edvaldo.

A greve iniciada no dia 30 de abril, vem ganhando mais adeptos nas regionais de ensino pelo interior do estado. Na 12ª Gerência Regional de Ensino, situada no município de Itabaiana, a 80 km de João Pessoa, cerca de 80% dos professores aderiram a greve, conforme informou Margarida Maria Silveira Gomes, gerente da 12ª Região de Ensino da Paraíba.

Os professores do estado exigem a equiparação do salário com o piso nacional, atualmente fixado em R\$ 1.187 para 40 horas semanais. Esta medida teria um impacto equivalente a 13,73% de aumento no vencimento dos profissionais da educação da Paraíba. A greve deixou sem aulas cerca de 400 mil alunos em toda rede estadual de ensino.



CLIPPING

Veículo: http://osnymartins.com.br/	Editoria: Geral	Data: 12/5/11
Assunto: Professor do Estado também em greve		Página: online

12-05-2011 PROFESSORES DO ESTADO TAMBÉM EM GREVE

Não é só Joinville que vive a realidade de uma greve de servidores. O Estado inteiro começa a viver também esta realidade desde ontem, mas no setor educacional. Aqui na cidade, o secretário da Educação do Estado, ex-prefeito Marco Tebaldi (PSDB) também tratava das escolas interditadas. Disse que o problema, infelizmente, não diz respeito apenas à nossa região, mas também a outras pelo Estado. “Talvez o Oeste esteja em situação um pouco melhor, mas escolas sucateadas são um problema, principalmente na região da Capital”. Ele disse que há um programa a ser executado de imediato pelo Estado, para recuperar estas escolas.

Quanto à greve, a secretaria lançou uma nota:

NOTA OFICIAL SOBRE DECISÃO DE PARALISAÇÃO DOS PROFESSORES

A Secretaria de Estado da Educação lamenta a decisão do Sinte/SC de aprovar em assembleia indicativo de paralisação dos professores:

- Nossa gestão desde o início demonstrou abertura e transparência com a entidade, oportunizando o diálogo para busca de conquistas e valorização da categoria;
- Iniciamos negociações com audiência na SED, visita à sede do SINTE, sempre demonstrando boa vontade em achar uma solução, que julgamos deva ser conjunta.
- A Secretaria de Estado da Educação é defensora da melhoria salarial e valorização dos professores e funcionários e já manifestou a intenção de cumprir o pagamento do Piso Nacional do Magistério;
- A partir deste mês de maio, nenhum servidor da Secretaria de Estado da Educação terá remuneração menor que o piso de R\$ 1.187,97;
- Entendemos a ansiedade da classe pela aplicação imediata do piso, mas é necessária prudência, até termos a publicação do **acórdão** do Supremo Tribunal Federal, para quantificarmos a extensão da sentença e o impacto que causará na folha de pagamentos;
- Movimentos de paralisação como os decididos pelo Sinte prejudicam a sociedade catarinense, em especial os alunos da rede pública estadual de ensino, que precisam de atenção, de ensino de boa qualidade para construirmos uma sociedade melhor.



CLIPPING

Veículo: Jornal de Santa Catarina	Editoria: Geral	Data: 12/5/11
Assunto: Magistério vota por greve		Página: online

Magistério vota por greve

Decisão unânime deixará 700 mil alunos da rede estadual sem aula a partir do dia 18 de maio

FLORIANÓPOLIS - Os braços levantados a favor da greve a partir de 18 de maio em toda a rede estadual de ensino não deixaram dúvidas de que foi uma decisão unânime dos professores. A posição do governo do Estado em não cumprir a lei do piso nacional do magistério, apresentada ontem ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação de SC (Sinte), levou para a assembleia estadual, em Florianópolis, cerca de 8 mil do 39 mil docentes do Estado, na estimativa do Sinte ou 4,5 mil, na contagem da PM. Em Blumenau, 247 professores viajaram à Capital, atingindo 50% das escolas estaduais do município.

Para os trabalhadores, a mobilização de ontem foi histórica. A implementação imediata do piso nacional do magistério foi uma exigência feita pelos professores, em abril, que aguardavam até ontem a apresentação de uma proposta por parte do Estado. A Secretaria de Estado da Educação (SED) decidiu, terça-feira à noite, que pagaria os R\$ 1.187 – valor do piso – para os 8,8 mil professores que ainda não recebiam esta quantia. Para se chegar a ela, o governo insistiu em pagar um salário base, somando a ele abonos – modelo que sempre foi rejeitado pela categoria.

Para a coordenadora geral do Sinte, Alvetete Bedin, a proposta apresentada foi um desrespeito e a razão da mobilização vista ontem e pela decisão por greve. Depois da assembleia, que lotou a principal sala do Centrosul com capacidade para 2,6 mil pessoas sentadas, e deixou muito professor em pé, os trabalhadores fizeram passeata pelo Centro da Capital. Na opinião de Alvetete, há mais de 20 anos os trabalhadores não se mobilizavam dessa forma e nunca uma assembleia teve uma votação unânime:

– Essa proposta deixou todo mundo indignado. Não pagando o piso, o Estado está nos desrespeitando e desrespeitando a lei.

Há três anos, os professores aguardam pagamento do piso nacional, quando ele foi garantido por lei, aprovada em 2008. Naquele mesmo ano, SC assinou com mais quatro estados uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin), que contestava a legislação. A Adin foi derrubada no mês passado pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Com derrubada da Adin, SC deveria pagar o piso nacional imediatamente



No entendimento dos professores, com a derrubada da ação, SC deveria pagar imediatamente o piso nacional. Eles também defendem que a legislação deixa claro que piso é o salário, sem incorporar qualquer tipo de abono. Já para o Estado, é preciso aguardar a publicação do acórdão – um texto que transcreve todos os votos dos ministros do STF e a decisão final. O Secretário de Educação, Marco Tebaldi, que enfrenta a primeira greve do mandato, considerou a decisão precipitada:

– Os professores deveriam encarar isso como um sinal positivo. Até a publicação do acórdão, não temos mais o que apresentar para eles.

Com isso, a partir de 18 de maio, os professores param as atividades por tempo indeterminado. Até quarta-feira, eles darão aulas de 30 minutos. Cerca de 700 mil alunos dos 1.350 colégios da rede estadual podem ser atingidos. Ontem, 189 mil alunos (18%) ficaram sem aulas.

julia.antunes@diario.com.br

JÚLIA ANTUNES LORENÇO
OS DOIS LADOS

Os professores

- Entendem que, com a decisão do STF, o Estado deve cumprir a lei imediatamente e pagar o piso nacional dos professores
- Para eles a lei é clara: piso é o salário, e não a remuneração total do contracheque
- A greve foi deflagrada porque, na visão deles, há três anos se espera pela aplicação do piso nacional
- A classe quer o piso de R\$ 1.597, e não o R\$ 1.187, porque é preciso considerar um reajuste não dado em 2009

O governo

- Diz que sem o acórdão não sabe como a lei deve ser aplicada
- Para eles, não fica claro se salário é o vencimento inicial, ou se pode ser o total da remuneração
- Por causa disso, o Estado decidiu por enquanto pagar o valor do piso salarial de R\$ 1.187 aos professores que ainda não ganhavam isso
- Admite que o governador Raimundo Colombo quer é cumprir o que diz a lei

O que é acórdão?

- A íntegra de todos os votos dos ministros e o texto definitivo da sentença. Antes de ser publicado, o acórdão precisa ser revisado pelo relator, lido e assinado por cada um dos ministros. Não existe prazo



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: AN.Estado	Data: 12/05/11
Assunto: Greve a partir do dia 18		Página: 14

Greve a partir do dia 18

Categoria exige adoção do piso nacional e por unanimidade decide pela paralisação

Os braços levantados a favor da greve a partir de 18 de maio em toda rede estadual de ensino não deixaram dúvidas de que foi uma decisão unânime dos professores. A posição do Governo do Estado em não cumprir a lei do piso nacional do magistério, apresentada, ontem, ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação de SC (Sinte), levou para a assembleia estadual, em Florianópolis, cerca de 8 mil docentes, na estimativa do Sinte ou 4,5 mil, na contagem da PM. Para os trabalhadores, a mobilização de ontem foi histórica.

A implementação imediata do piso nacional do magistério foi uma exigência feita pelos professores, em abril, que aguardavam até, ontem, a apresentação de uma proposta por parte do governo. A Secretaria de Estado da Educação (SED) decidiu, na noite de terça-feira, que pagaria os R\$ 1.187 – valor do piso – para os 8,8 mil professores que ainda não recebiam essa quantia. Para se chegar a ela, o governo insistiu em pagar um salário base, somando a ele abonos – modelo que sempre foi rejeitado pela categoria.

Com isso, a partir do dia 18 de maio, os professores param as atividades por tempo indeterminado. Até lá, eles vão dar aulas de 30 minutos. Cerca de 700 mil alunos dos 1.350 colégios da rede estadual podem ser atingidos com a greve.

Para a coordenadora-geral do

Sinte, Alvet Bedin, a proposta apresentada foi um desrespeito e foi a grande razão pela grande mobilização vista ontem e pela decisão de parar as atividades.

Com a paralisação de ontem no Estado, cerca de 189 mil alunos (18%) da rede estadual foram prejudicados e 8,4 mil dos 39,1 mil professores não deram aulas, de acordo com a secretaria.

Os dois lados

Professores

- Eles entendem que, com a decisão do STF, o Estado deve cumprir a lei imediatamente e pagar o piso nacional dos professores, sem necessidade de publicação do acórdão, porque a lei não pode ser mudada.
- Para eles a lei é clara: piso é o salário e não a remuneração total do contracheque. Ou seja, ao salário não podem ser somados abonos para se chegar ao valor final, como o Estado tem feito.
- A greve foi deflagrada, porque, na visão deles, há três anos, eles esperam pela aplicação do piso nacional dos professores no Estado.
- Querem o piso de R\$ 1.597 não R\$ 1.187, estipulado pelo MEC, porque é preciso considerar um reajuste não dado em 2009.

Governo

- Sem o acórdão, não é possível saber como a lei deve ser aplicada e teme tomar qualquer decisão precipitada.
- Sem a decisão do STF publicada, o governo questiona o entendimento da lei, pois não fica claro se salário é o vencimento inicial, ou pode ser o total da remuneração, com a adição de abonos ao salário base.
- Por causa disso, o Estado decidiu, por enquanto, pagar o valor do piso salarial de R\$ 1.187 aos professores que ainda não ganhavam isso. Ele vai continuar sendo pago com um salário base mais as gratificações (regência de classe e prêmio educar).
- Apesar disso, admite que a intenção do governador Raimundo Colombo é cumprir o que diz a lei, e pagar o piso.

Números

4,5 mil

pessoas foi a estimativa de público na manifestação de ontem, segundo a Polícia Militar.

R\$ 1.597

é o piso exigido pelos professores

8 mil

pessoas foi o levantamento feito pelo sindicato dos professores do Estado.

R\$ 1.187

é o piso estipulado pelo MEC

O que é acórdão?

É a íntegra de todos os votos dos ministros e o texto definitivo da sentença. Antes de ser publicado, o acórdão precisa ser revisado pelo relator, lido e assinado por cada um dos ministros. Não existe prazo para ele ser publicado.



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Especial	Data: 12/05/11
Assunto: Professores deflagram greve		Página: 03

Professores deflagram

Greve

**Rede estadual. Entre
protestos, paralisação foi
marcada para o dia 18**

FLORIANÓPOLIS — Os professores do Estado aprovaram greve, por tempo indeterminado, a partir do dia 18 de abril. Segundo a vice-coordenadora do Sinte-SC (Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina), Janete Jane da Silva, até a próxima quarta-feira todas as escolas terão aulas menores, de 30 minutos, para os professores mobilizarem o comando estadual de greve que fará a negociação salarial com o governo. Em nota oficial, a Secretaria de Estado da Educação lamenta a decisão do Sinte e destaca o compromisso de pagar o piso nacional a todos os professores, a partir de maio.

A categoria pressiona o governador Raimundo Colombo para a implantação do piso salarial nacional no Estado, aprovado por lei em 2009 e julgado constitucional pelo STF (Supremo Tribunal Federal) em 2009. Os professores catarinenses hoje recebem mensalmente R\$ 609,46. O piso nacional definido pelo MEC (Ministério da Educação) é de R\$ 1.187,08, mas o Sinte-SC reivindica o piso com reajuste retroativo aos dois anos, que chega a R\$ 1.597,87.

Na manhã de ontem, antes da assembleia, o sindicato recebeu proposta do governo, que garantiu o pagamento de R\$ 1.187,08 para os profissionais que ainda não recebem essa remuneração. “É uma proposta que volta no tempo e não cumpre a decisão do Supremo. O piso é o salário inicial da categoria e, com isso, muitas pessoas que tem pós-graduação receberiam menos de que professores em início de carreira. Vamos entrar com uma ação de improbidade administrativa”, diz Janete. Essa é a segunda paralisação feita pelos professores neste ano e a primeira greve desde 2008. Janete afirma que a categoria “nem lembra” quando recebeu o último reajuste.

**Constitucional.
Desde que o
Supremo Tribunal Federal
aprovou o pagamento
do piso nacional, no dia 6
de abril, os professores
aguardam detalhes
da Secretaria da
Educação**



Governo classifica ação como “intempestiva”

O secretário estadual de educação, Marco Tebaldi, classificou como “intempestiva” a decisão da categoria pela greve. “Foi uma decisão fora de momento. Eles erraram e vão promover um desgaste desnecessário. Dava para aguardar um pouco mais”, disse. O governo espera a publicação no Diário Oficial de Justiça do acórdão do STF (Supremo Tribunal

Federal) que define os detalhes da decisão em fixar o piso nacional em R\$ 1.187,14. O argumento é que, sem as regras claras da aplicação do valor, não há como saber o impacto financeiro nas contas do governo.

“O valor pode ultrapassar 100 milhões, o que seria inviável”, disse Tebaldi, que quer tentar novo diálogo antes da greve. (João Batista)

“
Eles nos informaram que usariam a passarela, mas mudaram a trajetória.

”
ARAÚJO GOMES,
COMANDANTE DO
4º BPM

PM tentou impedir fechamento de ruas

Assim que a assembleia estadual da categoria terminou, os professores tentaram sair em passeata pelas ruas da Capital, e foram temporariamente impedidos por policiais militares, que fecharam os portões do Centro Sul. A PM queria garantir o fluxo normal de veículos na avenida Gustavo Richard, que liga a ponte Pedro Ivo ao Sul da Ilha, mas não conseguiu. Os manifestantes ficaram revoltados e pularam as cercas, saindo também pelos portões secundários do centro de eventos de Florianópolis. Logo depois os manifestantes tomaram as ruas e fecharam várias avenidas do Centro.

“Estamos em constante contato com as lideranças, eles nos informaram que usariam a passarela, mas mudaram a trajetória. Se soubéssemos que eles iriam atravessar a rua teríamos controlado o trânsito, garantindo a segurança dos professores”, declarou o comandante do 4º BPM (Batalhão da Polícia Militar), coronel Araújo Gomes.

O coordenador do Sinte-SC, Marcelo Silva, afirma que o governo age de forma arbitrária. “Cadê o direito de ir e vir dos professores, se a polícia impede a saída de mais de sete mil pessoas e do carro de som?”, comenta.

SAIBA MAIS Remuneração dos professores em SC

- Salário inicial: R\$ 609,00
- Prêmio Educar:
 - R\$ 150,00 para assistentes em educação
 - R\$ 200,00 para professores
- Regência de classe:
 - 40% do salário mensal para professores de séries iniciais do ensino fundamental
 - 25% do salário mensal para professores de séries finais do ensino fundamental e ensino médio
- Vale alimentação: R\$ 130,00
- Triênio: 3% do valor do salário total de três anos trabalhados



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Ponto Final	Data: 12/05/11
Assunto: Diversos		Página: 23

Tranqueira

Os professores deram uma demonstração de força ontem em Florianópolis, com a realização da assembleia estadual da categoria que indicou greve ainda no mês de maio. A assembleia em si foi normal, sem transtornos. Mas a passeata depois do encontro contribuiu para tornar a tranqueira da cidade ainda mais infernal.

Impacto

Mas é preciso dizer que nunca houve uma movimentação de servidores públicos tão grandiosa como a de ontem em Florianópolis. Numa prova de que a motivação dos professores tem ressonância nas bases da categoria.

Caminho

Não existe caminho melhor para resolver os problemas do magistério do que o diálogo. Quando a parte oficial deixa de praticar o debate franco e aberto sobre as questões que envolvem a categoria dá nisso: movimentação grevista. O governo precisa estudar melhor as reivindicações. Não é possível que a massa dos professores esteja tão errada quanto dizem as autoridades.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Moacir Pereira	Data: 12/5/11
Assunto: Diversos		Página: 3

Greve a favor da lei

A assembleia dos professores da rede estadual que decidiu, por unanimidade, pela decretação de greve geral a partir de 18 de maio, representa um marco na história do magistério catarinense. Primeiro, pelo número surpreendente de participantes. Milhares superlotaram o salão principal do centro de convenções. Era até difícil circular lá dentro. Nos corredores, sentados no chão, centenas deles ouviam as defesas pela greve. No hall e nas outras salas, a TV transmitia os discursos, muitos indignados contra os baixos salários e pelo cumprimento da lei. Segundo, pela vibração dos professores e sua visível determinação de enfrentamento político para garantir o pagamento do piso salarial. Terceiro e mais importante: é a primeira vez que os professores partem para uma greve estadual em defesa da lei. Como proclamavam os cartazes expostos no CentroSul e as faixas exibidas na gigantesca passeata que tomou conta do Centro de Florianópolis: “O governo está fora da lei”. Flagrantes do movimento revelaram as razões do consenso. Os professores falavam com um misto de revolta, contra o não pagamento do piso, e de explosão pela disposição de luta. Num momento, semblante de desespero pelo padrão salarial. Em outro, a fisionomia de um inexplicável entusiasmo de partir para o campo de batalha.

Vai-se conferir e se tem muitas explicações convincentes. Professores com 29 anos dedicados à educação, 40 horas semanais de trabalho, duas especializações, última letra na carreira e remuneração total líquida de R\$ 1,9 mil. Um escândalo! Outros, inconformados com o que testemunham a seu redor. Escolas que não funcionam plenamente porque faltam professores. Nas comunidades, os habilitados buscam outros empregos. Os salários não atraem mais ninguém. Nem os professores de educação física, quase sempre prontos para ingressar na carreira. Uma tristeza, lamentam, prevendo cenário calamitoso nos próximos anos.

ACÓRDÃO

Istambul, capital da Turquia, já foi Constantinopla e Bizâncio, capital do Império Romano no Oriente. Uma cultura excepcionalmente rica que deixou heranças extraordinárias para toda a humanidade. No início da era cristã, ali travavam-se intermináveis discussões sobre a origem humana ou divina de Jesus. Deu-se a estes debates uma expressão que se espalhou pelo mundo: “discussão bizantina”. É mais ou menos o que vem acontecendo em SC e em vários estados com a aplicação da Lei Federal 11.738, de 2008, instituidora do piso nacional de salário. O piso de R\$ 1.187, fixado pelo MEC para 2011, é para valer sobre o vencimento básico. O Supremo assim decidiu no mês passado, quando proclamou a constitucionalidade da lei. Espancou qualquer dúvida. E o relator, ministro Joaquim Barbosa, declarou, com todas as letras, que piso é vencimento básico.

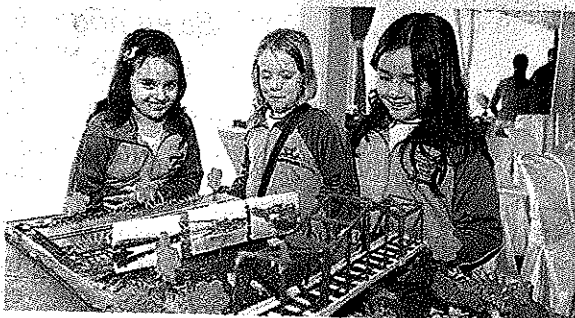
O secretário Marco Tebaldi garantiu o pagamento do piso, mas pela remuneração. Fez a proposta ao Sinte. A assembleia rejeitou com toda a veemência. Piso não é teto e muito menos contrapiso, alegaram os professores. O governador Raimundo Colombo reiterou que deseja melhorar os salários dos professores, mas enfatizou que só autorizará estudos depois de conhecer o acórdão do Supremo. Alega que não se sabe nem qual a data de vigência do benefício aos professores. Revela que as primeiras projeções indicam que a vigência do piso pode ir de R\$ 9 milhões a R\$ 90 milhões. O problema é que os professores consideram-se enrolados há muitos anos. Tiveram melhorias pontuais com abonos nos dois governos de Luiz Henrique, nunca conseguiram incorporá-los aos salários, a tabela salarial continua sendo uma piada e agora que têm a lei a seu favor e aguardam a aplicação há mais de dois anos. Piso: vencimento ou remuneração? Convoquem os estudiosos bizantinos ou paguem o que está na lei e é devido há muito tempo.



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia de Joinville	Editoria: Região	Data: 10/05/11
Assunto: Espaço para as boas ideias ambientais		Página: 12

CONCURSO ESCOLAR



Criatividade. Estudantes recriam ambientes como a baía Babitonga (E) ou produzem bolsas com materiais reciclados

Espaço para as boas ideias ambientais

SÃO FRANCISCO DO SUL – Professores e diretores do ensino fundamental já podem inscrever trabalhos de seus alunos para o Concurso Escolar ArcelorMittal Vega e para o Prêmio ArcelorMittal de Meio Ambiente. O tema é “Ideias para sustentar o mundo”, com foco em sustentabilidade. Cerca de oito mil estudantes

devem participar da iniciativa do Programa de Educação Ambiental da ArcelorMittal Vega.

Desde o lançamento do concurso, na terça-feira passada, o tema já está sendo debatido em sala de aula. O julgamento dos trabalhos será no dia 5 de outubro, no Clube 24 de Janeiro, e a premiação será no dia 6.

O objetivo do concurso é estimular a implantação de projetos que contribuam para o desenvolvimento sustentável. Em edições anteriores, já foram tratados temas como reciclagem de lixo, conservação de recursos naturais, consumo consciente, aquecimento global, biodiversidade, pegada ecológica e diversidade.



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Opinião	Data: 12/05/11
Assunto: A hora de planejar a educação		Página: 06

A hora de planejar a educação

A greve programada para a próxima semana pelos professores estaduais pode ter componentes políticos, esconder interesses corporativistas ou a disposição de confrontar o governo, como convém às lideranças do movimento. Mas é preciso considerar que o apoio à paralisação vem se mostrando, mais do que em outras oportunidades, maciço e consistente. Isso não decorre da força do sindicato da categoria, mas de uma certa saturação, do fim de uma histórica tolerância com a desconsideração com que os mestres são tratados — seja na questão salarial, seja na ausência de uma política de longo prazo para a educação.

A alegação dos governos é sempre a de que faltam recursos para melhor remunerar os professores. Sendo uma categoria numerosa, um modesto reajuste é capaz de determinar um salto considerável nos gastos com a folha global do funcionalismo. Contudo, mais uma vez, emerge nesse argumento o velho descompromisso com os investimentos de longo prazo, aqueles que darão frutos mais adiante, mas que serão duradouros e transformadores, deixando marcas em toda a sociedade.

Portanto, mais do que soluções imediatistas, ou remendos impostos por leis que o Estado se obriga a obedecer, é de bom tom pensar em soluções de efeito permanente. Isso inclui também a reciclagem dos professores e programas de atualização, aperfeiçoamento e educação continuada. Porque se os alunos perdem agora, com a greve, o Brasil perderá no futuro caso faltar planejamento e uma política responsável para todos os níveis de ensino, da pré-escola ao pós-doutorado.



CLIPPING

Veículo: Jornal de Santa Catarina	Editoria: Geral	Data: 12/5/11
Assunto: Em Blumenau, 16 escolas ficam sem aulas ontem		Página: online

ENSINO

Em Blumenau, 16 escolas ficaram sem aulas ontem

BLUMENAU - Pelo menos 16 das 33 escolas estaduais do município aderiram à paralisação dos professores da rede estadual de ensino em Santa Catarina ontem. Duas delas atenderam parcialmente e 14 tiveram todas as atividades paradas.

De acordo com a Gerência de Educação da Secretaria Regional de Educação (SDR), 247 professores aderiram à paralisação nacional em Blumenau. Os profissionais paralisaram as atividades em protesto ao não pagamento do piso nacional e gratificações. A reivindicação pede que os prêmios sejam desvinculados do salário base.

Os alunos cujos professores aderiram à paralisação foram avisados terça-feira. A SDR, porém, informou que as aulas perdidas deverão ser repostas, para que não haja prejuízo ao calendário escolar. As atividades voltam ao normal hoje.



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Você. Leitor	Data: 12/05/11
Assunto: Piso nacional dos professores		Página: 36

Piso nacional dos professores



ATÍLIO VICENTE,
professor de filosofia,
bacharel e licenciado em
filosofia, e especialização
em sociologia política
atiliovic@yahoo.com.br

Caro leitor. Se você não está acompanhando a longa novela que está acontecendo em nosso Estado, vou lhe fazer um resumo: em 2008, o governo federal promulgou a Lei do Piso Salarial do Professor, lei que foi vetada em Santa Catarina pelo ex-governador Luiz Henrique, mas que este ano foi reafirmada pelo Supremo Tribunal Federal. Resultado da votação? Sete votos contra apenas dois.

Porém, ainda não é o fim, os professores continuam esperando. No dia 28 de abril, os professores em todo o Estado reduziram o tempo das aulas para discutir o Plano Nacional de Educação (PNE), projeto que está tramitando no Legislativo federal e que trará significativos investimentos e mudanças na educação para os próximos dez anos. E também para fazer uma manifestação pública, reivindicando o cumprimento da Lei do Piso.

Em resposta, o atual secretário de Educação disse: "Não entendo essa movimentação dos professores, isso é desnecessário, estamos fazendo um estudo, sob pressão não vamos conseguir diálogo. E, por último, minha preocupação é que os alunos

estão perdendo aulas". Então, vão estudar a lei até quando? E, falando em diálogo, vamos lembrar que o governo LHS não recebia os representantes dos professores e que o governador atual, quando candidato, foi o único que não recebeu o sindicato para discutir as reivindicações. Quanto à preocupação com a falta de aulas, ressaltado que os 15 minutos de aulas "perdidos" serão recuperados, ao contrário das aulas perdidas em cada início de ano por falta de professores e pela lentidão burocrática.

Agora, o que mais me entristece é que o governo se enrola para pagar o piso por questões econômicas, pois, mesmo o Estado tendo o quinto maior PIB do País, paga o pior salário. Segundo uma reportagem do "Estadão", Santa Catarina tem a disposição R\$ 17,9 bilhões de orçamento. Continuam olhando o professor somente como gasto, que ideia triste! Será que é por isto que não fazem mais concursos públicos há mais de seis anos (os ACTs não recebem do final de dezembro a início de março)? E que quando dão um acréscimo ao salário do professor é em forma de penduricalhos, como o Prêmio Assiduidade, que o professor, para merecer, não pode ter nenhuma falta justificada no ano, ou seja, não pode ficar doente ou deve trabalhar doente. E agora, qual será o próximo capítulo? Bom, caro leitor, hoje ele está acontecendo, um dia de paralisação geral. Contamos com seu apoio.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Cacau Menezes	Data: 12/5/11
Assunto: Greve programada		Página: 55

Greve programada

Todo ano é a mesma coisa: chega maio e junho e os professores entram em greve. A paralisação dos mestres já está até no calendário escolar. Tem pai que, ao matricular o filho, pergunta: “E a greve deste ano, está garantida?”.

Mas vamos combinar, é a categoria mais desprezada por quem deveria valorizá-la, já que a educação é apontada por todos os especialistas como a principal causa de tudo de ruim deste país: violência, principalmente.

Veículo: A Notícia	Editoria: Portal	Data: 12/5/11
Assunto: (Sem título)		Página: 3

A lista de indicados por Marco Tebaldi ao governo do Estado preenchia oito páginas. Poucos emplacaram. Um grupo foi nomeado por ele na Educação, uma meia dúzia, se tanto; e outros na SDR de Joinville, em indicação conjunta com o PSDB.



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Paulo Alceu	Data: 12/05/2011
Assunto: Diversos		Página: 2

Pobres professores

O que me chamou a atenção na manifestação ontem é de que os professores não estão reivindicando aumento salarial com é normal numa greve, mas o cumprimento de uma lei. Imagina só, estão pedindo que o governo cumpra a lei do Piso do Magistério. As leis estão aí e nem os governos respeitam. Onde chegamos. Não muito tempo atrás existia a figura emblemática da normalista. Jovens meninas que ingressavam nos colégios especializados em formar professoras. Orgulho das famílias e garantia de um futuro promissor. Conquistavam uma profissão digna e uma remuneração respeitável. O tempo foi passando e hoje nos deparamos com profissionais que lutam pela sobrevivência e por um salário de sobrevivência. Lutam diante de promessas politiqueras que avançam em ano eleitoral e depois se perdem em ações contrárias. Ao mestre com carinho todo o respeito diante das dificuldades, inclusive, de insegurança nas salas de aula e de desconsideração. Assim mesmo dedicam-se a formar futuros cidadãos cientes dos obstáculos e da falta de reconhecimento.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Informe Político	Data: 12/5/11
Assunto: Choque de realidade/Na frente da Assembléia/Apoio		Página: 9

Choque de realidade

Impossível é ignorar a força do movimento dos professores da rede pública estadual a partir da mobilização realizada ontem, em Florianópolis. Está coeso em torno do assunto pagamento do piso nacional à categoria, capaz de reunir milhares de integrantes do magistério na assembleia realizada no CentroSul, algo sem precedentes na história recente da categoria.

Parte do desagrado está na política de gratificações e abonos, que foi a marca dos últimos oito anos na administração catarinense.

Nem é preciso argumentos mais contundentes, a partir daí, para justificar a decisão de paralisar as atividades. O problema é a consequência disso para a comunidade. Prejuízos são inevitáveis para os alunos.

Para o secretário Marco Tebaldi, o ideal seria ter mais calma. O governo do Estado se apega à espera da divulgação do acórdão do Supremo Tribunal Federal – que considerou as ações diretas de inconstitucionalidades, promovidas por alguns estados, entre eles

Santa Catarina – para oficializar o pagamento do piso de R\$ 1.187,97.

Enquanto se propôs a negociar com os professores, garantiu que, no mês de maio, nenhum profissional ganhará menos do que esse valor. O cálculo inclui os benefícios que não constituem um acréscimo no salário, apenas para efeitos de remuneração. Na prática, começa a entender que não se faz uma política salarial baseada em penduricalhos.

Se o Estado admite que não tem condições de garantir algo mais do que o piso, principalmente a hora-atividade, algo dito em alto e bom som pelo governador Raimundo Colombo ao ser abordado por professores na recente visita a Tubarão, cabe conversar com os dirigentes sindicais para retomar as tratativas. Com ânimos desarmados, Secretaria da Educação e servidores devem fechar foco no ponto de conflito. E alguns dos itens da pauta distribuída em panfletos pelo Sinte podem ser postergados, como a anistia das faltas da última greve, que, depois do dia 18 próximo, poderá ser a penúltima.

Apoio

Divididos em grupo pelo policiamento, os professores paralisaram o já nada fácil trânsito do Centro de Florianópolis, no final da tarde de ontem. Mas houve solidariedade de policiais militares, que se uniram à Guarda Municipal para controlar o tráfego. Um cabo da PM, perguntado sobre o problema do trânsito, disse:

– Tem que fazer isso mesmo. Tem que protestar porque é muita enrolação (do governo).



NA FRENTE DA ASSEMBLEIA

Depois de definir a greve, centenas professores seguiram pelas ruas do Centro da Capital e se concentraram em frente à Assembleia. Com cartazes na mão e aos gritos de “professor na rua, governo a culpa é sua” inviabilizaram a saída de muitos governistas. Enquanto recebiam o apoio dos petistas e do deputado Sargento Amauri Soares (PDT), um discreto Reno Caramori (PP) observava o movimento na guarita do estacionamento da casa.



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia de Joinville	Editoria: Cidade	Data: 10/05/11
Assunto: Retorno indefinido		Página: 10

Retorno indefinido

Alunos da Escola Francisco Eberhardt serão realocados

As aulas no prédio da Escola de Educação Básica Francisco Eberhardt, em Pirabeiraba, não têm data para serem retomadas. Os cerca de 300 alunos a partir do 5º ano do ensino fundamental até o ensino médio devem ser realocados em outro espaço.

Agerente regional de Educação, Heliete Steingraber, Silva informou que está negociando com a Faculdade Anhanguera o aluguel de salas de aulas para que os estudantes possam voltar às aulas. A intenção inicial era alugar salas na Univille, mas, segundo Heliete, o valor ficou muito acima do que o Estado poderia pagar.

“As negociações com a

Anhanguera estão avançadas. Esperávamos que as aulas fossem retomadas na terça-feira (hoje), mas neste dia foi marcada uma reunião a tarde com a direção da faculdade. Também estamos acertando como será o transporte desses alunos e garantimos que o período sem aulas será reposto de comum acordo com os pais”, explicou Heliete.

A Escola Francisco Eberhardt foi interditada na semana passada por causa de vazamentos, rachaduras, goteiras, infiltrações e más condições dos banheiros.

Não há previsão para o início da reforma da escola. “É um processo demorado. Os engenheiros da SDR (Secretaria de Desenvolvimento Regional) estão fazendo o levantamento das obras necessárias. Acreditamos que a reforma comece ainda este semestre”, disse Heliete.

Na Escola de Educação Básica Professora Alicia Bittencourt Ferreira, no Profipo, os alunos voltaram às aulas ontem. A escola estava interditada desde o dia 21 de abril, depois do rompimento da cisterna.



PROFIPO

Na Escola Alicia Bittencourt, interditada desde 21 de abril, os alunos voltaram às aulas ontem.

“
Esperávamos que as aulas fossem retomadas nesta terça-feira (hoje), mas neste dia foi marcada uma reunião à tarde com a direção da faculdade.
”

**HELIE TE STEINGRÄBER
SILVA, GERENTE REGIONAL
DE EDUCAÇÃO**

Clipping

CNTE

Professores protestam no Congresso por piso nacional

› Data: 12/05/2011
› Veículo: REDE BRASIL ATUAL
› Editoria:
› Assunto principal: CNTE
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

A paralisação tem como temas centrais a implementação da Lei do Piso do magistério pelos municípios e o Plano Nacional de Educação

Por: Leticia Cruz, Rede Brasil Atual

Publicado em 11/05/2011, 18:15

Última atualização às 18:30

São Paulo - A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (**CNTE**) organizou nesta quarta-feira (11) paralisação nacional e ato em frente ao Congresso Nacional, em Brasília, com a participação de 1.500 profissionais. Durante a Semana de Mobilização, que vai até o próximo dia 13, representantes de 41 entidades filiadas à entidade irão fazer visitas aos gabinetes dos parlamentares, audiência pública na Câmara dos Deputados para cobrar qualidade na educação e reunião com o ministro da Educação, Fernando Haddad.

O tema principal para a mobilização da categoria é a constitucionalidade do piso do magistério de R\$ 1.187,97 proposto pelo MEC, que foi garantida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no início de abril em julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4.167. O presidente da **CNTE**, Roberto Leão, ressalta que a decisão deve ser acatada pelos municípios. "Com essa decisão do STF, não há mais desculpas para os prefeitos e governadores não aplicarem a lei em seus municípios e estados", afirmou.

Haverá panfletagem na Marcha dos Prefeitos - evento com a presença de prefeitos na capital federal que coincide com a data da mobilização - para a cobrança da implementação da Lei do Piso. "Existe uma história de que o pagamento do piso aos educadores quebrará os cofres públicos. O que quebra os municípios e estados não é o pagamento do Piso, mas o desvio de verbas, como o que é destinado à educação pelo Fundeb. O trabalho desenvolvido pelos professores é tão árduo que até este valor estipulado pelo MEC ainda é baixo", ressaltou Leão.

O Plano Nacional de Educação é outro assunto a ser abordado pelos educadores durante a mobilização. Atualmente, o projeto de lei tramita na Câmara dos Deputados e será discutido em audiência pública da Comissão Especial do Plano Nacional de Educação, em plenário.

As filiadas regionais da **CNTE** também realizam programações paralelas ao ato.

Clipping

CNTE

Cristovam teme falta de alunos capacitados

✧ Data: 12/05/2011
✧ Veículo: JORNAL DO SENADO-DF
✧ Editoria: COMISSÕES
✧ Assunto principal: ENSINO MÉDIO
ENSINO SUPERIOR

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

Na audiência pública de ontem na CE, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) defendeu medidas para ampliar e aperfeiçoar o ensino técnico profissionalizante, mas também apontou um problema: como lidar com os alunos que chegam despreparados aos cursos profissionalizantes, "muitas vezes na condição de analfabetos funcionais".

- São aqueles estudantes incapazes de ler uma bula de medicamento ou de fazer uma regra de três - ressaltou.

Cristovam lembrou que, atualmente, teme-se um "apagão" de profissionais devido à falta de mão de obra qualificada em meio a uma economia em crescimento. No entanto, ele alertou que, em vez disso, pode ocorrer um "apagão" de alunos no ensino técnico profissionalizante.

Base fraca

O argumento de Cristovam é que, com as iniciativas anunciadas pelo governo, poderá haver uma oferta considerável desses cursos, mas sem um número suficiente de alunos capazes de absorver tal conhecimento.

- É um problema que já acontece nas universidades - observou.

Como exemplo, o senador disse que há cursos de engenharia nos quais se ensinam conceitos de matemática que os estudantes já deveriam conhecer ao sair do ensino médio.

Clipping

CNTE

11/05/2011 - Apenas 28% dos alunos aprendem o conteúdo de Português na escola

- › Data: 11/05/2011
- › Veículo: JORNAL NACIONAL - TV GLOBO
- › Editoria:
- › Assunto principal: ENSINO MÉDIO
OUTROS

[Veja o vídeo/áudio da matéria](#)

Tamanho da fonte

O ensino médio é o que menos evoluiu no Brasil e tem os piores indicadores. O ministro da Educação diz que o maior desafio para atrair os alunos é fazer com que os estados adotem um novo currículo.

Clipping

CNTE

11/05/2011 - Professores da rede pública de ensino fazem paralisação

» Data: 11/05/2011
» Veículo: EPTV.COM - MG
» Editoria:
» Assunto principal: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

Eles querem a equiparação com o piso nacional instituído pelo governo federal, de R\$ 1,5 mil

Os professores da rede pública de ensino fizeram uma paralisação nesta quarta-feira (11). Eles querem equiparação com o piso nacional instituído pelo governo federal, que é de cerca de R\$ 1,5 mil. Esse valor não é aplicado na maioria dos estados, inclusive em Minas Gerais. Das 426 escolas das superintendências da região, 42 pararam totalmente as aulas. Nesta quarta, os professores estiveram reunidos em Brasília.

Segundo o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação (Sindut-BH), 23 ônibus saíram de Minas, com representantes de todas as regiões. A concentração aconteceu em frente ao Congresso Nacional. Os representantes do movimento foram recebidos pelo ministro da Educação, Fernando Haddad.

A Assessoria de Imprensa da Secretaria Estadual de Educação informou que foi decidido pelo Supremo Tribunal Federal um novo piso salarial para todo o país. O valor ainda não foi divulgado. As aulas retornam normalmente nesta quinta-feira (12).



CLIPPING

Veículo: Nota 10	Editoria: Brasil	Data: 12/5/11
Assunto: Audiência destaca importância do Pronatec para o ensino profissionalizante		Página: online

Audiência destaca importância do Pronatec para o ensino profissionalizante

O Programa Nacional de Acesso à Escola Técnica (Pronatec), lançado no final do mês passado pelo governo federal, foi um dos assuntos da audiência pública realizada ontem (11) pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado (CE). O objetivo da reunião foi debater o ensino técnico profissionalizante - considerado fundamental, entre outras razões, para atender à crescente demanda por mão de obra qualificada.

Segundo a Agência Senado, o secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, Eliezer Pacheco, explicou que o Pronatec, na verdade, corresponde a um conjunto de programas e envolve um conjunto de atores. Segundo ele, o programa visa incentivar e financiar vários outros programas de ensino, como o financiamento estudantil (Fies), e envolve diversas entidades, como as vinculadas ao Sistema S, que abrange o Sesi e o Senac.

Para Rafael Lucchesi, representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI), "o Pronatec tem uma proposta inteligente, que busca envolver várias estruturas, na sua diversidade, em torno da agenda nacional de educação profissional".

Apesar de apoiar a iniciativa, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) alertou para o risco de que os cursos profissionalizantes tenham de lidar com a falta de alunos - egressos do ensino fundamental - preparados para absorver esse tipo de conhecimento. De acordo com Cristovam, "muitos deles são analfabetos funcionais".

Já a senadora Ana Amélia (PP-RS) perguntou a Eliezer Pacheco se os contingenciamentos orçamentários vão diminuir os recursos destinados ao Pronatec. Ele respondeu que não, acrescentando que "o contingenciamento anunciado pelo governo federal foi de custeio, e não de investimento".



CLIPPING

Veículo: Nota 10	Editoria: Brasil	Data: 12/5/11
Assunto: Prefeitos reclamam do impacto da lei do piso dos professores nas contas municipais		Página: online

Prefeitos reclamam do impacto da lei do piso dos professores nas contas municipais

Durante a abertura da 14.^a Marcha Nacional dos Prefeitos, os presidentes da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) e da Frente Nacional dos Prefeitos (FNP) reclamaram do impacto da lei do piso nacional do magistério nas contas dos municípios. Segundo João Carlos Coser, da FNP, serão necessários R\$ 5 bilhões para cumprir a legislação.

Criada em 2008, a lei foi considerada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF), ao analisar ações apresentadas por governadores de cinco estados – Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul e Ceará. Os governadores argumentaram, no questionamento à Justiça, que o piso salarial aumentaria os custos com a folha de pagamento, podendo ultrapassar o que é estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. A lei do piso estabelece que nenhum professor pode receber menos do que R\$ 1.187,14 por uma jornada de trabalho de 40 horas semanais.

“Nós detectamos mais de 500 municípios que gastam mais de 100% do que recebem do Fundeb [Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica] só com o pagamento de professor. Onde está o dinheiro para melhorar a sala de aula, a merenda, o livro, o transporte escolar? Assim, a qualidade do ensino não vai melhorar. Salário é um ponto importante, mas como vão resolver a questão da educação?”, questionou Paulo Ziulkoski, presidente da CNM.

Segundo a Agência Brasil a lei prevê que a União complete o pagamento do piso quando o município não tiver condições financeiras de bancá-lo. Mas, segundo Ziulkoski, apenas cerca de 400 municípios



estão aptos a receber essa complementação a partir dos critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação (MEC).

Ziulkoski criticou ainda um dispositivo da lei que determina que um terço da carga horária do professor deve ser reservada para atividades fora da sala de aula, como correção de provas e atualização. Como o resultado no STF, em relação a esse ponto, ficou empatado, a constitucionalidade da reserva de carga horária vinculou apenas os estados que entraram com ação. Ziulkoski apontou que será necessário reforçar o quadro das secretarias municipais com mais 190 mil docentes para atender à reserva de um terço das horas de cada profissional fora da sala de aula.

A presidente Dilma Rousseff, que participou da abertura da marcha dos prefeitos, assinou medida provisória que vai garantir recursos de custeio para as creches recém-inauguradas do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (ProInfância). Essa era uma reivindicação antiga dos prefeitos, já que os alunos atendidos por essas escolas só eram computados no censo escolar do ano seguinte. Nesse período, o município não recebia os recursos do Fundeb referente àquelas matrículas.



CLIPPING

Veículo: G1	Editoria: Educação	Data: 11/05/2011
Assunto: SP abre vagas para universitários trabalharem em escolas públicas		Página: online

SP abre vagas para universitários trabalharem em escolas públicas

Aprovados irão atuar nos estabelecimentos em atividades nos fins de semana.

Em troca, eles ganham bolsa integral na universidade que cursam.

As inscrições para o programa Bolsa Universidade foram reabertas em São Paulo. O programa oferece ajuda de custo a universitários para que eles participem de atividades com alunos da rede pública aos fins de semana, dentro do programa Escola da Família. Estão sendo oferecidas 5090 bolsas que restaram da última seleção, encerrada em abril. As inscrições vão até sexta-feira (13) em todo o estado.

Os aprovados ganham bolsas de estudo integrais para a faculdade, e em troca atuam no programa aos fins de semana. O estado paga 50% da mensalidade, com um teto de R\$ 267 ao mês, e a própria instituição financia o restante.

No momento da inscrição, o estudante pode escolher em que escola trabalhar. Entretanto, ele precisa checar se estão disponíveis vagas para o seu curso e sua faculdade.

As inscrições podem ser feitas no site do programa Escola da Família. A página também informa quais os documentos necessários para participar do projeto



CLIPPING

Veículo: Consed	Editoria: Educação	Data: 09/05/2011
Assunto: Programa Senado Jovem		Página: online

Secretário Thiago Peixoto participa do 13º Fórum Nacional da Undime



O Secretário de Estado da Educação de Goiás, Thiago Peixoto, esteve presente no 13º Fórum Nacional da UNDIME e proferiu discurso de aproximadamente 30 minutos. Em seu discurso, o Secretário se mostrou favorável à idéia de que 10% do PIB nacional deveria ser investido em educação, mas levantou também a questão de quanto deveria ser gasto para se alcançar as metas do novo Plano Nacional de Educação (PNE).

Ainda sobre o PNE, Thiago lembrou que 18 das 20 metas estipuladas no plano são de caráter quantitativo, ou seja, que exigem recursos financeiros. Afirmou que o antigo PNE não avançou porque não foram atribuídas responsabilidades para o alcance das metas, levantando a necessidade de uma Lei de Responsabilidade Educacional.

Sobre o novo piso salarial comentou a dificuldade de municípios que não têm condições de financiá-lo. Afirmou que, em seu estado, o Estado se reunirá com os municípios para discutir as dificuldades relativas ao financiamento do piso e das metas do PNE.



CLIPPING

Veículo: G1	Editoria: Educação	Data: 11/05/2011
Assunto: SP anuncia aumento de 42% para professores nos próximos 4 anos		Página: online

SP anuncia aumento de 42% para professores nos próximos 4 anos

**Reajuste vai beneficiar 374 mil profissionais da educação.
Valorização por mérito e por desempenho será mantida.**

Letícia Macedo Do G1 SP

O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, anunciou na manhã desta quarta-feira (11) um aumento de 42,2% no salário-base de professores, funcionários do quadro do magistério (diretores, supervisores) e do quadro de apoio para os próximos quatro anos. O reajuste vai beneficiar 374 mil profissionais ativos e inativos, segundo o governo do estado. O projeto de lei com a proposta será enviada à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo para aprovação.

O reajuste, que passa a valer a partir de 1º de julho, será de 13,8% em 2011. O salário de um professor em início de carreira, que trabalha 40 horas semanais, passará de R\$1665 para R\$ 1894.

A nova política salarial para a categoria prevê, em 2012, o aumento de 10,2%. Em 2013, o reajuste previsto é de 6% e, em 2014, de 7%. “Isso fora a valorização do mérito, que será mantida, e o bônus por desempenho”, afirmou Alckmin em cerimônia no Palácio dos Bandeirantes, no Morumbi, Zona Sul da capital. O governador não descartou que a valorização do mérito e do bônus por desempenho sejam aperfeiçoados futuramente.

As gratificações como a Gratificação de Atividade do Magistério (GAM) e a Gratificação Geral (GG), no entanto, serão incorporadas ao salário. “O que nós queremos com a valorização do salário-base é atrair jovens para a carreira do magistério”, disse Alckmin.

O governo anunciou ainda a contratação, por meio de concurso público, de 10 mil agentes de organização escolar, que tem como objetivo liberar os diretores de escola para a atividade pedagógica. “Ele [o agente de organização escolar] faz a parte burocrática e faz o pátio, faz a parte da vida interna da escola. É um misto de secretário e inspetor”, afirmou o governador.

Para contribuir para a manutenção da ordem nas escolas, Alckmin anunciou também a criação de 5260 postos de gerentes de organização escolar. Eles poderão ser ocupados por atuais funcionários ou por novos contratados.

Como o reajuste incide sobre o salário-base, funcionários inativos também serão beneficiados. A nova política salarial para funcionários do setor foi definida após uma série de encontros com professores e dirigentes de escolas de todo o estado do qual participou o secretário da educação, Herman Voorwald.



CLIPPING

Veículo: G1	Editoria: Educação	Data: 11/05/2011
Assunto: Ensino médio é o que menos evoluiu no Brasil ao longo dos anos		Página: online

Ensino médio é o que menos evoluiu no Brasil ao longo dos anos

Dos alunos que terminam o ensino médio no Brasil, só 28% aprendem o conteúdo de português e apenas 11%, o de matemática. Mas, até 2016, ele será obrigatório para todos os adolescentes de até 17 anos.

[imprimir](#)

O ensino médio, no Brasil, tem os maiores índices de abandono na comparação com outras etapas da educação. É o que Alan Severiano mostra na terceira reportagem da série que o Jornal Nacional exibe nesta semana.

O sonho de virar advogada vai ter de esperar. Aos 17 anos e grávida de cinco meses, Polyana abandonou o segundo ano do ensino médio em uma escola do interior do Piauí: “Eu vou ter a criança e não vou poder sair toda hora pra amamentar”, conta.

. Acompanhe bastidores e mais informações no blog do JN Especial.

A notícia desapontou o pai, que só sabe escrever o nome, e a mãe, que parou na sexta série: “Tem que chegar mais longe do que a mãe conseguiu. Por mim, ela estaria na escola ainda”, diz a mãe de Polyana.

Polyana contribui para uma estatística desanimadora no Brasil: a da evasão. De cada dez alunos que entram no primeiro ano do ensino fundamental, só metade conclui o ensino médio até 19 anos. E a estatística já leva em conta dois anos de atraso.

Muitos começam faltando: em uma escola, 30% abandonaram a sala de aula no ano passado. “Chega aqui, tem dois, três professores, ou então tem as duas primeiras aulas, aí não tem a 3ª, 4ª, 5ª, ou então tem só a 3ª, a 4ª, a 5ª, esse aluno termina desistindo”, diz o diretor da escola, José Basílio.

Lá, quem escreve no quadro, não é a professora. “Ela foi embora, deixou os alunos sem aula, sem nada. Ai eu assumi a responsabilidade, eu sou a líder da sala e assumi”, conta a aluna do primeiro ano do ensino médio Mariana Barbosa.

Um mês depois do início das aulas, ainda faltavam seis professores para completar o quadro. “Já chegou o período de provas e os professores ainda não chegaram. O de química e o de informática”, afirma a aluna Ana Paula Oliveira.

Os computadores, sem acesso à internet, passam o dia desligados. Nem na biblioteca é possível pesquisar. A preocupação de muitos é o vestibular.

“Acho que não tem nem uma mínima possibilidade de competir com os outros alunos desse jeito”, conta Kananda Teixeira.



O Piauí é o estado com o pior desempenho no ensino médio. Nota 3 no Ideb, o indicador de qualidade do Ministério da Educação.

Ao chegar em uma escola da zona norte de Teresina, que tinha sido previamente avisada sobre a entrevista, a equipe foi surpreendida por uma reforma relâmpago que começou no próprio dia da visita. Ao todo, 17 homens foram contratados para limpar, pintar, trocar as telhas da escola. Até carteiras novas chegaram.

“Disseram que vinha fazer uma reportagem e acharam melhor filmar mais limpinho desse jeito”, conta o mestre de obras Antonio Rodrigues Neto.

Se a estrutura física pode ser remendada, o que de fato dá significado à escola talvez exija uma reforma mais complexa. “São aulas muito chatas, aulas que a gente prefere ficar fora da sala do que estar dentro assistindo”, explica Thomás de Aquino Neri, de 20 anos.

De manhã, a maioria é jovem. À noite, adultos que trabalham. Como falar para turmas tão diferentes? “Tem toneladas de matérias que abordam de todos os assuntos possíveis. Não é todo mundo que precisa aprender tudo”, explica Ana Lucia Lima, diretora do Instituto Paulo Montenegro.

“A gente percebe que nem todo mundo acompanha o raciocínio”, conta um professor.

Dos alunos que terminam o ensino médio no Brasil, só 28% aprendem o conteúdo de português e apenas 11%, o de matemática.

“Tem coisas que eu não sei onde eu vou usar. E aí desestimula”, diz um aluno.

O ensino médio é o que menos evoluiu no Brasil e tem os piores indicadores. Até 2016, ele será obrigatório para todos os adolescentes de até 17 anos. Isso significa que, além de melhorar a qualidade, as escolas terão de se preparar para receber mais gente.

Se a lei fosse cumprida hoje, seria necessário criar três milhões de vagas. No Piauí, muitas escolas estão fechando turmas à noite, segundo o governo, por falta de procura.

O ministro da Educação diz que o maior desafio para atrair os alunos é fazer com que os estados adotem um novo currículo. O atual, muito voltado para o vestibular, já foi substituído em 700 escolas.

“Nós temos ainda um mal no Brasil que é o vestibular. Nós precisamos superar isso, ter um currículo mais enxuto, mais equilibrado, do ponto de vista das disciplinas, e que ofereça também perspectivas na direção da cultura e do trabalho”, diz Fernando Haddad.

Quem está na escola tem pressa. O futuro depende de botar em prática uma palavra de nove letras.

A Secretaria de Educação e Cultura do Piauí informou que ampliou a equipe de engenheiros e criou uma comissão de vistoria para melhorar a situação das escolas. Na semana passada, o Conselho Nacional de Educação aprovou novas diretrizes para o